PAULA COSTA E SILVA

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa, Portugal

paulacostaesilva@fd.ulisboa.pt / paulacostaesilvaarb@gmail.com

Paula Costa e Silva, *C.Arb (Chartered Arbitrator)* do *Chartered Institute of Arbitrators,* é Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde 2010, onde obteve os graus de Licenciado, Mestre e Doutor em Direito, especialidade de Ciências Jurídicas, agregando-se em 2009. É Investigadora Principal do Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, coordenando uma linha de investigação sobre Fundamentos do Direito Privado, na qual estão abrangidos vários projectos de investigação nas áreas do Direito Civil, Comercial, Processo Civil, História do Direito Português, Metodologia e Filosofia do Direito.

É Presidente da Direcção do Instituto dos Valores Mobiliários da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É Directora da *Ius Dictum. Revista de Teoria Geral do Direito*.

É advogada inscrita na Ordem dos Advogados Portugueses e na Ordem dos Advogados do Brasil, árbitro independente e jurisconsulto.

Tem como línguas maternas o português e o alemão, sendo fluente em inglês, francês e espanhol.

Paula Costa e Silva figura na “band 1” dos *rankings* Global e Europeu elaborados pela *Chambers and Partners*, na categoria “dispute resolution: most in demand arbitrators”, bem como na categoria “most in demand arbitrators in Portugal”. Encontra-se entre as personalidades destacadas pelo *ranking* “Most Active Female Arbitrators 2023” *Power List*, elaborador pela *Jus Connect.* Assim como também tem sido destacada no *ranking* elaborado pela *Leaders League*, com a classificação de “excelente” na categoria “Portugal Best Arbitrators”. Foi reconhecida e homenageada pelas comunidades arbitrais portuguesa e brasileira no IX Encontro Internacional de Arbitragem de Coimbra, ocorrido em 2019.

É *Academic Member* da *Gatehouse Chambers*, sediada em Londres, Reino Unido.

É Presidente da Comissão de Arbitragem do *Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal* e Vice-Presidente do mesmo Instituto. É membro do Comité de Arbitragem da Associação Lusófona de Arbitragem e Mediação.

Paula Costa e Silva é membro do painel de atribuição do Prémio *ICC Institute of World Business Law*, Edições de 2023 e 2025. Integra, também junto da *International Chamber of Commerce*, o L*atin American and Iberian Chapter do ICC Institute of World Business Law.* É relatora, por Portugal, dos trabalhos do *ICC Institute LAI 2nd*

Study ''Is Arbitration under Regulatory Attack in the Ibero-American Countries?''.

Em 2023, foi adjudicatária, pelo *European Law Institute* (ELI) e pelo *International Institute for the Unification of Private Law* (UNIDROIT), da preparação uma tradução da versão oficial integral das *ELI – UNIDROIT Model European Rules of Civil Procedure*, publicadas conjuntamente pelo UNIDROIT e pelo ELI ("ELI-UNIDROIT Model Rules"), para a língua portuguesa, bem como da sua publicação e distribuição.

Na qualidade de árbitro independente, participou, como Árbitro Único, Árbitro Presidente e Co-árbitro em mais de cem arbitragens, nacionais e internacionais, institucionalizadas e *ad hoc*, sobretudo em matéria de direito societário, parcerias público-privadas, construção, contratos internacionais, *banking & financing* e patentes, entre outras. Na qualidade de árbitro e jurisconsulto especialista em *banking & finance,* integra o *Panel of Recognised International Market Experts in Finance* (P.R.I.M.E.). Desempenhou, também, a função de mediadora.

Entre outras, tem desenvolvido a actividade de árbitro junto da *International Chamber of Commerce* (ICC), do *London Court of International Arbitration* (LCIA), do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), da Câmara de

Arbitragem do Mercado (CAM) e do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CAC), de que também é Vice-Presidente.

Paula Costa e Silva tem, ainda, facilitado a mediação e a negociação de litígios complexos.

Entre os processos arbitrais em que, recentemente, interveio, contam-se os seguintes:

- CCI No. 27293/PFF [2024]; Intervenção como *Legal Expert*; Considerada a arbitragem societária internacional de maior impacto financeiro, pendente no Brasil;
- CAC 04/2024/INS/JB; Co-Árbitro em arbitragem societária de alto impacto económico;
- CAM-CCBC 17/2020/SEC2; Árbitro Único em litígio societário de grande impacto no sector da construção e engenharia, química, petroquímica e energia;
- CAM 175/20; Árbitro Presidente em arbitragem colectiva comercial internacional no sector do petróleo e do gás;
- ICC 27336/AJP (C-27387/AJP); Árbitro Presidente em arbitragem comercial internacional no sector das energias renováveis;
- ICC 26884/PFF/RLS; Co-árbitro em arbitragem comercial nacional no sector do petróleo e do gás;

- ICC 25/197/JPA; Co-árbitro em arbitragem comercial internacional no sector bancário e financeiro;
- ICC 23150/JPA; Co-árbitro em arbitragem internacional de parceria público-privada no sector da segurança e gestão de identidade;
- ICC 23842/SPA; Perito legal em arbitragem internacional no sector da construção;
- ICC 21404/ASM/JPA (C-21757/ASM); *Of counsel* em arbitragem comercial internacional;
- LCIA 225412; Co-árbitro em arbitragem comercial internacional no sector das manufacturas;
- CAC 2/2021/AHC/AP; Árbitro Presidente em arbitragem doméstica no sector da saúde;
- CAC 27/2020/AHC/ASB; Árbitro Presidente em arbitragem doméstica (parceria público-privada) no sector da saúde;
- CAC 28/2020/AHC/ASB; Árbitro Presidente em arbitragem doméstica (parceria público-privada) no sector da saúde;
- CAC 23/2023/AHC/ASB; Co-árbitro em arbitragem doméstica (parceria público-privada) no sector dos serviços de correio;
- CAC 1/2023/AHC/ASB; Co-árbitro em arbitragem comercial doméstica no sector do comércio a retalho;
- CAC 13/2021/INS/ASB; Co-árbitro em arbitragem comercial internacional no sector da construção;

- CAC 6/2019/INS/AP; Co-árbitro em arbitragem comercial doméstica no sector dos produtos químicos;
- CAC 12/2018/INS/AP; Co-árbitro em arbitragem comercial internacional no sector dos serviços financeiros;
- CAL n.º 1-2020; Árbitro presidente em arbitragem doméstica no sector imobiliário (COVID).

  Foi Árbitro Presidente na arbitragem relativa à PPV-TGV.

Integra as listas de árbitros do *Asia Pacific International Arbitration Centre* (APIAC), do *Singapore International Arbitration Centre* (SIAC), do *Hong Kong International Arbitration Centre* (HKIAC), do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), da CAM – Câmara de Arbitragem do Mercado, da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, da CAMARB – Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil, da Med Arb RB (*Mediation and Arbitration for Recovery and Business*), do *Shenzhen Court of International Arbitration* (*Shenzhen Arbitration Commission*, SCIA), do *South China International Arbitration Center (Hong Kong) Reccomended Panel of Arbitrators,* do *Lusaka International Arbitration Centre* (LIAC), do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CAC), do Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações, do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), do Centro de Arbitragem Voluntária

Institucionalizada do Instituto dos Valores Mobiliários, do Centro de Arbitragem Voluntária Institucionalizada da Associação Portuguesa de Direito Intelectual e da Concórdia – Centro de Conciliação, Mediação de Conflitos e Arbitragem. Integra, ainda, o *Panel of Recognised International Market Experts in Finance* (P.R.I.M.E.).

Paula Costa e Silva é autora de mais de 210 publicações. Entre os textos publicados, encontram-se:

- *No prelo: Nas comemorações dos 20 anos da entrada em vigor do ETAF e do CPTA:* consultatio ante sententiam *e outros factos processuais relevantes*, a publicar na Revista de Dirito Administrativo;
- Prefácio à obra "Arbitragem 2 mundos. Diálogos entre o Brasil e Portugal", vol. I/II, Quartier Latin, São Paulo, 2024;
- A justiça consultiva e o aprofundamento do diálogo entre os tribunais arbitrais e o Supremo Tribunal Administrativo, Revista de Processo, São Paulo, Brasil, v. 349 (Mar.), 2024, 667–686;
- An account of events, by definition, involves an understanding of the actors: a prova na arbitragem comercial internacional, Quaestio facti. Revista internacional sobre razonamiento probatorio, Núm. 6, 2024, available at https://revistes.udg.edu/quaestio-facti/article/view/22949;

- “Accord des parties sur la procédure ou décision des arbitres? La piège de Francfort et la petrification d’un processus souhaitablement ductile”, in AA/VV, Mélanges em l’honneur de Loïc Cadiet, Lexis Nexis, 2023, 353–366;
- “Prova na arbitragem. O que pode o processo civil aprender com a arbitragem? O que pode a arbitragem aprender com o processo civil?”, in Direito Probatório, vol. II, Tohoth Editora, 2023 357-374;
- Relatora do relatório nacional subordinado ao tema “Independance et impartialite des arbitres, mediateurs et experts”, realizado por ocasião do XVII Congreso Mundial de Derecho Procesal, ocorrido em Lima entre 5 e 8 de Setembro de 2023, in Kun Fan/Loïc Cadiet, “Independencia judicial em el tercer milénio. Relatos generales del XVII Congresso Mundial de Derecho Processal”, Palestra Editores/Pontificia Universidad Católica del Perú, 2023, 593-642, com Carolina Pitta e Cunha;
- Relatora do Relatório nacional subordinado ao tema “La independencia judicial frente a los otros poderes públicos”, realizado por ocasião do XVII Congreso Mundial de Derecho Procesal, ocorrido em Lima entre 5 e 8 de Setembro de 2023, in Santiago Pereira Campos, “Independencia judicial em el tercer milénio. Relatos generales del XVII Congresso Mundial

de Derecho Processal", Palestra Editores/Pontificia Universidad Católica del Perú, 2023, 367-538, com João Marques Martins;

- "Inexequibilidade e ação modificativa da sentença arbitral?", in Riscos no Direito Privado e na Arbitragem, Giovanni Ettore Nanni/Aline Terra/Catarina Monteiro Pires (org.), Almedina Brasil, 2023, 781-794;
- "O Acesso ao Sistema Judicial e os Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias: Alternatividade Efectiva e Complementariedade", Teoria Geral da Justiça Multiportas, Jus Podium, 2023, 297-312;
- "Constitucionalidade e arbitragem. Controlo de Constitucionalidade por tribunais arbitrais e controlo de constitucionalidade de decisões arbitrais", in Gilberto Giusti/Eliana Baraldi/Eduardo Vieira de Almeida/Gustavo Favero Vaughn (Coord.), Paula Akemi Taba Vaz (Org.), Arbitragem e Poder Judiciário – Estudos sobre a interação entre as jurisdições arbitral e estatal, Migalhas, 2023;
- *Lei de Arbitragem de Macau Anotada. Edição Bilingue Português-Chinês. Volume I (artigos 1.º a 45.º)*, Associação dos Advogados de Macau/AAFDL Editora, 2022, com José Miguel Figueiredo;

- “Arbitrabilidade da pretensão anulatória e dos embargos à execução. Iurisdictio, iumperium, reserva de juiz, reserva de juiz e monopólio da força”, in Arbitragem e Processo. Homenagem ao Prof. Carlos Alberto Carmona, vol. 2, Quartier Latin, 2022, 351-363;
- *Responsabilidade por conduta processual. Litigância de má fé e tipos especiais*, Almedina, 2022
- Estudos de Arbitragem, Volume II, Almedina, 2022;
- Estudos de Arbitragem, Volume I, Almedina, 2022;
- A decisão arbitral: entre o acto e o negócio, Católica Law Review, vol. 6, n.º 2, 2022, 113-128;
- “An Arbitration Center’s Perspective: Online Dispute Resolution and the Virtual Hearings: Six Characters in Search of an Author”, in Online dispute resolution – New Challenges, Dário Moura Vicente, Elsa Dias Oliveira, João Gomes de Almeida (Eds.), Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Nomos, 2022, 145-159;
- “Expert insight” por convite da Leaders League, sobre “recent trends in arbitration regulation” (22 de Março de 2022; disponível em https://www.leadersleague.com/es/news/paula-costa-e-silva-

the-conduct-of-parties-involved-in-arbitration-remains-on-the-agenda);

- *Convenios arbitrales, pactos de jurisdicción, cláusulas escalonadas y otros tantos acuerdos procesales: que establecen, deberes de prestación o atribuciones negociales procesales?,* Revista de Derecho Procesal, vol. 2, 2021, Buenos Aires, 447-476;
- Prefácio à obra *Jurisdição do árbitro para a anulação de sentenças arbitrais*, de Raul Longo Zocal, Julho, 2021;
- "A Decisão Arbitral: Acto Voluntário, Negócio Jurídico ou a Necessidade de uma ou Outra Linguagem", in Arbitragem e Direito Processual, Luiz Guilherme Marinoni/Cristina Bichelis Leitão (coord.), Carlos Francesco Marinoni Abdo (org.), Revista dos Tribunais, 2021, 53-68;
- *Commentary to the P.R.I.M.E. Finance Arbitration Rules 2022, articles 29.º and 41.º*;
- *Perturbaciones en el cumplimiento de los negocios procesales. Convenios arbitrales, pactos de jurisdicción, cláusulas escalonadas y otras tantas novelas quizás ejemplares, de las que se espera que entretengan mucho*, Editorial Civitas, Thomson Reuters, Pamplona, 2021;
- "Expert insight", por convite da Leaders League, sobre a mediação como meio alternativo de resolução de litígios (25

de Julho de 2021, disponível em https://www.leadersleague.com/pt/news/paula-costa-e-silva-mediation-in-portugal-now-begins-a-very-virtuous-path);

- A nova Lei da Arbitragem de Macau, Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, n.º XIII (Julho de 2020), 223-239, com José Miguel Figueiredo;
- *Perturbações no cumprimento dos negócios processuais: Convenções de arbitragem, pactos de jurisdição, cláusulas escalonadas e outras tantas Novelas pouco exemplares, mas que se desejam de muito entretenimento*, JusPodivm, São Paulo, 2020;
- *Perturbações no cumprimento dos negócios processuais: Convenções de arbitragem, pactos de jurisdição, cláusulas escalonadas e outras tantas Novelas pouco exemplares, mas que se desejam de muito entretenimento*, AAFDL, 2020;
- "Arbitral precedent: still exploring the path II", Ius Dictum, número 0, Janeiro 2020, 125-142, com Beatriz Vitorino e Filipa Lira de Almeida;
- O desejável aprofundamento do diálogo entre tribunais. A consulta prévia, os tribunais arbitrais e o Supremo Tribunal Administrativo, E-pública, vol. 6, n.º 3, Dezembro, 2019, 31-41;

- *Efeitos lícitos da prova ilícita em processo estadual e arbitral* AAFDL, Lisboa, 2019, com Nuno Trigo dos Reis;
- *Acto e Processo, Regressando ao dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo*, Coleção O Novo Processo Civil, Thomson Reuters, Revista dos Tribunais, 2019;
- "Corrupção, ordem pública e decisão arbitral: a propósito do caso ALSTOM", Arbitragem Comercial. Estudos comemorativos dos 30 anos do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa; Centro de Arbitragem Comercial, Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (CIDP/FDUL), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2019, 841-850;
- "Estabilidade da decisão arbitral", in Joana Vasconcelos, Diogo Xavier Cunha, Jan Dalhuisen, Estudos em homenagem a Agostinho Pereira de Miranda, Almedina, Coimbra, 2019, 371-398;
- "A prova do Direito em processo arbitral. Iura novit curia", Revista Iberoamericana de Derecho Procesal, Volume 5, N.º 9 (Janeiro a Junho de 2019), 409-414;
- "O Acesso ao Sistema Judicial e os Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias: Alternatividade Efectiva e

Complementariedade", in Hermes Zaneti Jr./Trícia Navarro Xavier Cabral, Coleção Grandes Temas do Novo CPC, Justiça Multiportas – Mediação, Conciliação, Arbitragem e outros meios adequados de solução de conflitos, Jus Podium, 2018, 93-106;

- "Arbitral Precedent: Still Exploring the Path", 26/10/2018, Kluwer Arbitration Blog, com Beatriz de Macedo Vitorino e Filipa Lira de Almeida;
- "A prova do Direito em processo arbitral. Iura novit curia", in La prueba en el proceso. II Conferencia Internacional & XXVI Jornadas Iberoamericanas de Derecho Procesal, IIDP/IAPL, Salamanca, 17-19 October 2018, Atelier - Libros Jurídicos, 2018, 595-600;
- "Arbitration, Jurisdiction and Culture: Apropos the Rules of Prague", 16/07/2018, Kluwer Arbitration Blog;
- "Arbitration in swaps: the Portuguese experience", Arbitration International, vol. 33, issue 4, Dezembro de 2017, 583-607, com Duarte Gorjão Henriques;
- "Impartiality and Independence of the Arbitrators", Portuguese Arbitration Day, CIETAC, Beijing, 18 de Setembro de 2017, academia.edu.;
- "Hot Topics nas Especificidades Processuais da Arbitragem Societária: Disponibilidade do Direito de Nomeação de

Árbitro e Objetivação do Contraditório ou do Rigor das Palavras que aprendi com Barbosa Moreira", Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, vol. 10, n.º 1, 2017 16-31;

- "Revisitando a estabilidade e a modificação do caso julgado arbitral: quando o futuro desmente a prognose", ROA 2016, 566-587, com Nuno Trigo dos Reis;
- "Revisitando a estabilidade e a modificação do caso julgado arbitral: quando o futuro desmente a prognose", Spain Arbitration Review, n.º 28/2017, 83-94, com Nuno Trigo dos Reis;
- "Arbitration in swaps: the Portuguese experience", Arbitration International, 2016, 1–25, com Duarte Gorjão Henriques;
- "A arbitrabilidade da pretensão anulatória de decisão arbitral: expansão da arbitragem a um domínio improvável", ROA Ano 75, I/II, 2015 (mas publicado em 2016), 39-53; Revista de Arbitragem e Mediação, n.º 47 (2015), 233-244;
- "Pactum de non petendo: exclusão convencional do direito de acção e exclusão convencional da pretensão material", in Antonio do Passo Cabral/Pedro Henrique Nogueira, Negócios processuais, volume 1, Jus Podium, 2015, 297-334;

- “Valor da causa e causas do valor nos processos arbitrais”, in Estudos de Direito da Arbitragem em Homenagem a Mário Raposo, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015, 199-209;
- “Acção modificativa do caso julgado arbitral – um meio de impugnação esquecido”, Revista da Ordem dos Advogados, 2014, Ano 74, II, 425-441, com Nuno Trigo dos Reis;
- “Comentário ao estudo Reforma da justiça e implicações para o orçamento e a economia”, Nuno Garoupa e Zélia Pinheiro, in Para uma reforma abrangente da organização e gestão do sector público. Comunicações e comentários, Banco de Portugal/Conselho das Finanças Públicas/Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2014, 199-204;
- “Legitimidade extraordinária, procedimento e decisão arbitral: o eterno retorno à transmissão da coisa ou direito em litígio na pendência da ação”, in Processo Civil nas Tradições Brasileira e Iberoamericana, Conceito Editorial, Florianópolis, 2014 (= Marcelo Rebelo de Sousa, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Liber Amicorum Fausto de Quadros, Almedina, 2016, 527-539);
- “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, in Maria Helena Brito/Mariana França Gouveia/Armando Marques Guedes/Rui Pinto Duarte,

Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas, Coimbra Editora, 2013, 951-1004, com Nuno Trigo dos Reis;

- "Preterição do contraditório e irregularidade de constituição de tribunal arbitral", in Revista de Processo, Ano 37, 212, Outubro, 2012, 301-334;
- "Jurisdição e competência internacional dos tribunais administrativos: a propósito do Acórdão n.º 4/2010, STA", Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda, Volume IV, Direito Administrativo e Justiça Administrativa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2012, 3-13;
- "L'uniformazione della giurisprudenza nel diritto portoghese", in Rivista di Diritto Processuale, Anno LXVII (Seconda Serie), N.º 2, CEDAM, 2012, 409-423;
- "A mediação e a lei processual", in Portugal. Justiça e Cidadania, coord. Albertina Pereira/António Martins, Associação Sindical de Juízes Portugueses, Lisboa, 2011, 119-129;
- "A intervenção de terceiros no procedimento arbitral no direito português e no direito italiano", Revista brasileira de arbitragem, Ano VIII, n.º 28 (out/nov/dez 2010), 41-92, com Marco Gradi;

- “Jurisdição e competência internacional dos tribunais administrativos: a propósito do Acórdão do STA n.º 4/2010”, Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 84 (Novembro/Dezembro 2010), 3-13;
- “Arbitrabilidade e tutela colectiva no contencioso das deliberações sociais”, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida, Almedina, Coimbra, 2011, 357-393;
- “O custo da Justiça”, Cadernos de Direito Privado, Número Especial 01/Dezembro, 2010, 57-75;
- *A Nova Face da Justiça. Os meios extrajudiciais de resolução de controvérsias*, Coimbra Editora, 2009;
- *Um desafio à teoria geral do processo. Repensando a transmissão da coisa ou direito em litígio. Ainda um contributo para o estudo da substituição processual. Uma 2ª edição?*, Coimbra Editora, 2009;
- *A litigância de má fé*, Coimbra Editora, 2008;
- « De minimis non curat praetor. O acesso ao sistema judicial e os meios alternativos de resolução de controvérsias: alternatividade efectiva e complementaridade”, RePro 158 (ano 33; Abril 2008), 93-106 (O Direito, ano 140 (2008), 735-752);

- Lei de Arbitragem Voluntária em Debate, coordenação Antonio Teixeira Duarte, AA.VV., II Colectânea de textos publicados na News Letter GRAL (February 2008);
- "A execução em Portugal de decisões arbitrais nacionais e estrangeiras", Intervenção no I Congresso Nacional de Arbitragem (2007), ROA, ano 67, 629-682 (= I Congresso Nacional de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, (Centro de Arbitragem Comercial), Intervenções, Almedina, Coimbra 2008, 131-180;
- "Lei da Arbitragem Voluntária em debate", coordenação António Teixeira Duarte, AA.VV., News Letter DGAE, n.º 7 (Setembro de 2006), 9, 14-16, 18;
- "A arbitrabilidade de medidas cautelares nos direitos português e brasileiro", Revista brasileira de arbitragem, n.º 4 (2004), 65-84;
- O título executivo europeu, Coimbra Editora, Coimbra, 2005;
- "A arbitrabilidade de medidas cautelares", ROA ano 63 (Abril 2003), 211-235;
- *A reforma da acção executiva, Coimbra Editora, Coimbra 2003;*
- *Acto e processo. O dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003;

- “L’ordre public dans le procès », in L’ordre public, Journées libanaises , Travaux de l’Association Henri Capitant des amis de la culture juridique française, Tome XLIX (1998), 1081-1096;
- “Os meios de impugnação de decisões proferidas em arbitragem voluntária no direito interno português”, ROA, ano 56 (1996), I, 179-207;
- *A transmissão da coisa ou direito em litígio. Contributo para o estudo da substituição processual*, Coimbra Editora, Coimbra, 1992;
- “Anulação e recursos da decisão arbitral”, ROA, ano 52 (1992), III, 893-1018.

Paula Costa e Silva participou, como oradora ou moderadora de painel, em mais de 340 conferências internacionais e nacionais, sobretudo dedicadas ao Direito Processual Civil, aos meios alternativos de resolução de litígios, ao Direito Societário e ao Direito dos Valores Mobiliários.

Em 2022, foi distinguida com a Medalha José Carlos Barbosa Moreira pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual, concedida a juristas que tenham contribuído significativamente para o estudo do direito processual.

É membro do Conselho Científico para a elaboração do relatório de pesquisa “Observatório da Arbitragem”, elaborado sob a égide do Comité Brasileiro de Arbitragem (CBAr) e pela Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), concluído em Novembro de 2023. É membro da equipa de "Peritos/Professores de Direito" no projecto "Prestação de serviços para a elaboração de leis e regulamentos necessários ao estabelecimento de um mercado de valores mobiliários na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China", adjudicado pela Autoridade Monetária de Macau. É, também, vogal do *Consulting Group* para a revisão das regras aplicáveis às arbitragens administradas pelo *Panel of Recognised International Market Experts in Finance* (“*P.R.I.M.E. Finance*”) junto do *Permanent Court of Arbitration.* Foi Membro da Comissão de Honra da Conferência Anual e da Conferência do 30.º Aniversário da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.